

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 21 de janeiro de 2019 às 08h26
Seleção de Notícias

O Globo | BR

Patentes

Principais itens na mesa dos dois países	3
MUNDO	

Folha de S. Paulo | BR

Marco regulatório | INPI

Uma reforma para o Inpi	4
TENDÊNCIAS/DEBATES	

Principais itens na mesa dos dois países

MUNDO

> Democracia:

Os dois países deverão ter maior sintonia na ação contra alguns regimes considerados antidemocráticos na região, especialmente os de Venezuela e Nicarágua.

> Acordo de livre comércio:

A negociação de um amplo acordo de livre comércio é uma possibilidade há ao menos dez anos. Mas só deverá ocorrer se forem flexibilizadas as regras do Mercosul impedindo tratados sem todos os sócios.

> Global entry:

no atendimento a brasileiros que viajam com frequência aos EUA e vice-versa e precisam enfrentar longas filas na imigração.

> Barreiras:

Os dois países têm interesse em eliminar barreiras no comércio bilateral.

> OCDE:

Espera-se apoio dos EUA à candidatura do Brasil a membro da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

> Acordo de investimentos:

para a cooperação e a facilitação de investimentos entre os dois países é uma prioridade para as indústrias do Brasil e dos EUA.

> Salvaguardas tecnológicas:

Acordo para permitir o lançamento de satélites com tecnologia americana na base de Alcântara (MA).

> Propriedade intelectual:

Os EUA esperam que, na revisão do atual acordo de propriedade intelectual, a concessão acelerada de **patentes** pedidas no Brasil, hoje restrita a petróleo e gás, seja estendida a todos os setores, como já faz o governo americano com os pedidos brasileiros.

> Embraer/Boeing:

A expectativa é que, com a parceria entre as duas fabricantes de aeronaves, a Embraer se torne mais conhecida no mercado americano.

> Tributação:

Considerado pelas indústrias dos dois países vital para aumentar a competitividade, um acordo para evitar a bitributação no comércio e nos investimentos está em negociação.

> Aduana:

para acelerar o despacho aduaneiro e reduzir em até dez vezes o tempo gasto para liberar operações de importação e exportação.

> Crime organizado:

Os EUA pressionam para que o Congresso aprove um projeto que alinhe as leis brasileiras de combate ao terrorismo e à lavagem de dinheiro às recomendações da ONU.

> Aviões militares:

A Embraer espera vencer a concorrência do Pentágono para fornecer até 150 aviões Super Tucano à Força Aérea Americana.

Uma reforma para o Inpi

TENDÊNCIAS/DEBATES

Órgão não consegue atender à demanda por patentes

Telma Salles

Presidente da PróGenéricos (Associação Brasileira das Indústrias de Medicamentos Genéricos)

O novo governo, que prepara ampla reforma da estrutura da máquina pública, poderia aproveitar o início de mandato para lançar um olhar atento sobre o **Inpi** (Instituto Nacional da Propriedade intelectual), uma das autarquias mais estratégicas e pouco prestigiadas do país.

Responsável pela análise, aprovação ou recusa de patentes, entre outras matérias, o órgão está no epicentro da inovação e do empreendedorismo no país.

Da autarquia dependem o futuro de empresas e empresários que se dedicam a buscar soluções disruptivas que têm o potencial de movimentar a economia.

A despeito de sua relevância para o futuro dos negócios do país, o **Inpi** vive há décadas um verdadeiro estado de penúria. O órgão não tem estrutura para atender ao enorme fluxo de pedidos de exame de patentes a que é submetido e acumula um passivo absurdo de procedimentos administrativos.

O resultado é sentido na pele pelas empresas. Processos que deveriam ser céleres para proteger inovações e dar ritmo à produção ficam parados por absoluta falta de pessoal ou até mesmo por uma mera ausência de digitalização de um processo.

Para se registrar uma simples marca, pode-se levar até quatro anos entre o depósito de pedido de análise e o parecer final. No caso de invenções propriamente ditas, que envolvem complexidades técnicas significativas, o procedimento pode consumir, em

alguns casos, mais de uma década, embora esta média venha diminuindo.

Essa proverbial falta de estrutura tem impacto significativo para toda a economia. No caso da indústria de medicamentos, o problema é particularmente severo e trava toda a indústria de inovação, com reflexos deletérios inclusive para as empresas que se dedicam à produção de genéricos, essenciais para ampliação do acesso a medicamentos no país.

O backlog, ou seja, o estoque de pedidos de patentes de medicamentos que aguardam exame no órgão, é gigantesco. Enquanto no mundo se levam, em média, cinco anos para analisar a concessão de uma patente de medicamento, no Brasil o prazo é de 9 a 14 anos, apesar da boa vontade e qualificação de todos os servidores que trabalham com o tema.

Essa situação cria enorme insegurança jurídica. Em decorrência da demora excessiva do **Inpi** para expedir suas decisões e de outros entraves legislativos, alguns produtos, na prática, ganham proteção que ultrapassa substancialmente o prazo máximo estabelecido pela própria Lei de **Propriedade Intelectual**, que é de 20 anos.

O prejuízo afeta não só consumidores, que têm o acesso comprometido a medicamentos mais baratos e de igual qualidade, mas também as contas públicas. Muitos medicamentos disponibilizados pelo SUS (Sistema Único de Saúde) poderiam ser adquiridos em sua versão genérica, com preços significativamente mais baixos.

Os casos são muitos. E estão espalhados em todos os campos da economia. O novo governo tem uma excelente oportunidade para rever a questão, readequando e fortalecendo o **Inpi**. Uma melhoria nesse campo certamente ajudaria a gerar riquezas e a melhorar o ambiente de negócios no país.

Índice remissivo de assuntos

Patentes

3

Propriedade Intelectual

4

Marco regulatório | INPI

4